

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Esta Presidência comunica que está sobre a mesa, srs. deputados, o ato da Mesa de n. 040/2014.

(Passa a ler.)

"A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto do art. 53, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Dirce Aparecida Heirderscheidt, 3ª Suplente da coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de deputada neste Poder, em decorrência da renúncia do deputado Dado Cherem, nomeado para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente" [sic]

A deputada já tem prestado juramento nesta Casa e, portanto, está devidamente empossada.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Com certeza, v.exa. falará sobre a pesquisa da data de hoje.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Obrigado, sr. presidente, mas não irei falar sobre isso.

Gostaria de cumprimentar v.exa., sr. presidente, os demais pares deputados, as servidoras e os servidores deste Poder, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e fazer uma saudação especial ao nosso amigo e companheiro, ex-deputado Afrânio Boppré, que nos visita nesta manhã.

De fato, deputado Padre Pedro Baldissera, este assunto merecia comentário, mas é melhor que não se faça, porque a história e os fatos, em 80 dias, falarão por si.

Então, vamos deixar assim, até porque já conhecemos essas práticas de muitas outras eleições, contra muitas outras lideranças políticas legítimas deste estado. E eram sempre em desfavor da esquerda. Acertam sempre em favor dos candidatos oficiais ou dos candidatos da direita. É lamentável, mas é um fato.

Mas nós viemos aqui para continuar o nosso trabalho legislativo e um debate que temos feito desde a semana passada sobre segurança pública ou a falta dela.

Fazia aqui uma reflexão acerca de dois paradigmas existentes na sociedade brasileira. Na minha avaliação, todos os dois são incorretos: o paradigma conservador e aparentemente fácil, que diz que bandido bom é bandido morto. Está errado, está em contraposição à legislação nacional, inclusive em contraposição à legislação internacional dos países que aceitam a Carta das Nações Unidas do Direito da Pessoa Humana.

Por outro lado, a tese que talvez possa ser identificada como de esquerda, eu não acho que seja necessariamente de esquerda, até porque sou de esquerda, considero-me assim, e não concordo com ela, de que bandido bom é bandido solto. Não nessas palavras, mas o discurso de que por ser uma vítima da sociedade, nós, o estado e a sociedade precisam sempre dar mais uma chance, enquanto ele continua perpetrando malefícios à sociedade.

Então, não concordo com esta tese também. Aliás, não concordo com outras teses que têm sido difundidas e que parecem oportunas para quem está governando ou para quem tem atribuição de ação na área da segurança pública. É a tese de que nós queremos, estamos aí, mas a lei não deixa. Não é verdade!

No Brasil existe lei para prender e lei para soltar. Basta a autoridade pegar uma ou outra. Claro que estou falando grosso modo, e até simplificando um pouco. O fato é este: existe lei para soltar. Mas existe lei para prender também! E o estado sabe ser duro, sabe ser eficiente, sabe ser forte, sabe usar a força quando define politicamente que vai aplastar algum movimento de contestação popular.

Ou seja, o estado é competente, duro, eficaz, robusto, enorme para combater as organizações das classes trabalhadoras que lutam por seus direitos e é incapaz de defender a sociedade da criminalidade comum, do menino viciado em drogas que para consumi-las precisa cometer um assalto a cada dia.

Enfim, o estado que é capaz de combater as organizações populares quando elas reivindicam reforma agrária, reforma urbana, transporte coletivo de melhor qualidade, mais barato, de preferência público, que é forte, é robusto, tem gente, tem efetivos para combater, não consegue combater os meninos que, por serem viciados em maconha, *crack* e cocaína, perpetram assaltos aos pequenos estabelecimentos comerciais desta cidade e de todas as cidades do país, todos os dias, às dezenas. E aí justifica que é falta de legislação! Não é! Porque se há legislação para interdito

proibitório contra as lideranças populares, e já houve nesta cidade, não pode extirpar o cidadão, não pode chegar a menos de 300m do terminal urbano do centro de Florianópolis!

Já houve, nesta cidade, interdito dessa natureza. E as instituições estavam disponíveis, prontas para atuar e garantir que esse interdito fosse cumprido.

Este estado não pode dizer que é incapaz de evitar, coibir ou de prevenir contra o menino de 12 anos, de 13 anos ou de 15 anos que rouba o mercadinho da esquina no seu bairro para comprar droga ou um tênis da moda.

Existe, na minha forma de ver, uma omissão dos poderes públicos em geral. E não se trata de dizer que é da Polícia Militar, que é da Polícia Civil, porque lá falta estrutura e não concordo com a tese de que falta legislação, porque, inclusive, existe lei no Brasil que diz que esse menino deve ser recolhido, internado, se ele estiver traficando, roubando e matando.

O fato é que o estado não garante a estrutura mínima necessária e adequada para que se possa cumprir essas medidas corretivas. E há alguns anos, neste estado de Santa Catarina - que se orgulha tanto do seu desenvolvimento, que, em relação aos outros estados brasileiros, de fato é mais desenvolvido, -, não havia nenhuma vaga para internação de adolescente em conflito com a lei. Aqui na Grande Florianópolis, nenhuma! E ainda há pouquíssimas, ínfimas e insuficientes.

Ou seja, colocar a culpa na ausência de lei, pegar como panaceia a necessidade de mudar e endurecer a lei, não é solução. Redução da maioria penal é panaceia, é discurso demagógico para dizer que é assim que se resolve o problema e continuar garantindo que os governos, especialmente os estaduais, que são responsáveis pela segurança, continuem não investindo o suficiente em segurança pública, educação, saúde e assistência social e assistência técnica na pequena agricultura.

Faz duas décadas e meia que o estado abandonou o serviço público e que continua nos discursos

oficiais, nos discursos dos grandes meios de comunicação - e de muitos chamados especialistas em segurança, em serviço público, em estado, em sociedade e em economia, daqueles que mais se dá espaço para que falem, porque há muita gente que pensa diferente, mas não ganha um espaço para falar -, que tem que sucatear o serviço público.

Agora a sociedade está pagando por aquilo que os governantes fizeram - e a maioria são os que continuam governando - e tem feito há duas décadas e meia, que é restringir os recursos para o serviço público em detrimento de muitos, e cada vez mais, recursos para favorecer empreiteiras, banqueiros e o agronegócio. Apenas monopólios, em prejuízo da sociedade, quero repetir.

Nós já dizíamos e sabíamos, há duas décadas e meia, que a situação que estava piorando ia ficar muito pior, como ficou. Se não reverterem esse quadro, se não pararem de dar dinheiro para picareta, sanguessuga, banqueiro, empreiteira fajuta que financia a campanha eleitoral bilionária, e não investirem esses recursos nos serviços públicos essenciais, infelizmente vamos continuar vendo o aprofundamento da barbárie. E aí não adianta colocar a culpa na lei, na polícia ou sei lá em quem. Os poderes em geral estão-se omitindo da sua tarefa principal, que é defender a sociedade, a população. O estado e os poderes têm-se omitido na sua tarefa essencial, que justifica a sua existência, que é defender e proteger a sociedade.

Esta é a verdade e este é o fato. Ficar procurando panaceia, discurso fácil e demagógico não vai resolver. É preciso investir mais nos serviços essenciais e, inclusive, em segurança pública, infelizmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna no dia de hoje diz respeito à saúde pública no Brasil.

Há algumas semanas usei desta tribuna e fiz colocações a respeito da emoção que tomava conta do Brasil em função do campeonato mundial de futebol. E naquela oportunidade eu disse nesta mesma tribuna que, passada a emoção, o Brasil cairia na razão. E isso não demorou muito para acontecer, até porque pela razão era perceptível que a nossa seleção dificilmente chegaria à final, e jamais alguém imaginaria também que poderia levar aquela derrota acachapante.

Mas fiz uma referência exatamente para tocar em alguns assuntos que não podem ser esquecidos de pauta da nossa sociedade brasileira, bem como de nossos governantes. E eu tenho insistido na questão da saúde pública no Brasil, no que diz respeito ao custeio.

A situação está cada vez mais crítica em função de que desde 2000 o governo central - e aqui não estou me referindo apenas a um governo, mas estou falando que isso vem acontecendo desde 2000, e já passaram alguns presidentes e presidenta - não faz a reposição da inflação na tabela SUS.

O que é a tabela SUS? A tabela SUS é composta pelos valores que são pagos para os hospitais e clínicas que trabalham pelo Sistema Único de Saúde. São pagamentos realizados para efetuar as cirurgias, os internamentos, os exames e as consultas médicas.

Portanto, estamos falando de uma inflação que não foi repostada, ou seja, de uma defasagem de, aproximadamente, 170%. Repito, aproximadamente 170%.

É por isso que alguns municípios brasileiros, e nós podemos falar aqui dos catarinenses, estão

colocando 20%, 25% e alguns até 30% do seu orçamento. Em média estão em 25%, quando a lei determina que os municípios, obrigatoriamente, devem colocar, no mínimo, 15%. Mas está longe disso, avançou muito porque, se os municípios não colocarem dinheiro na Saúde, não se faz o mínimo de atendimento à população. Mas não é justo, porque os municípios já são penalizados com a grande maioria dos serviços públicos.

Deputado Carlos Stüpp, v.exa., que foi prefeito, sabe muito bem que é no município que a população procura o serviço da saúde, da educação, da assistência social e outras necessidades que ela precisa, porque é lá que está o prefeito, o vice-prefeito, enfim, o serviço mais próximo do cidadão. O estado está distante e a união está mais distante ainda.

Então, é preciso reconhecer, debater esse assunto e repor essa defasagem, mesmo que parcialmente, e fazer o pagamento de custeio da saúde pública.

O nosso problema não está nos investimentos, ou o problema é menor nos investimentos, em equipamentos, em construções. De nada adianta construir hospital ou posto de saúde se não há médicos, pessoas qualificadas, medicamentos, equipamentos para exames, porque a unidade física, os equipamentos, sem a devida sequencia, não vai resolver o problema da saúde de qualquer cidadão brasileiro.

Por isso, retomamos esse assunto, repito. É preciso, é necessário e indispensável a reposição desses valores na tabela do SUS, que se paga na tabela aos laboratórios, às clínicas. Ou seja, todos aqueles que prestam serviço pelo SUS. Senão, cada vez vai ficar mais caótica a situação e os municípios vão ficar inviabilizados no ponto de vista de fazer exclusivamente da sua receita atendimento à saúde por falta dessa reposição através do governo federal.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Sílvio Dreveck.

O próximo horário pertence ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão nesta manhã de quinta-feira. Vou fazer alguns comentários sobre alguns assuntos que julgo importantes para discutir aqui na Assembleia Legislativa. O primeiro deles diz respeito à Lei das Diretrizes Orçamentárias, que estabelece normas gerais para a elaboração do orçamento de 2014, em que reforçamos as decisões tomadas nas regiões, através do orçamento participativo. Na verdade, não é o orçamento participativo em termos de estado, chama-se Orçamento Regionalizado, mas há um esboço de orçamento participativo, que gostaríamos muito de ver implementado no estado.

O Orçamento Regionalizado é oportunidade, pois vamos às regiões e juntamente com a comunidade levantamos as prioridades. Então, esse é o compromisso da Assembleia Legislativa, consignado também, ontem, nas Leis das Diretrizes Orçamentárias.

Quero também destacar que apresentei uma emenda individual porque julgo importantíssimo esse assunto que temos debatido no estado. Eu presido a Frente Parlamentar que trata desse assunto a respeito das ações voltadas para gestões da saúde do trabalhador. E nós fizemos uma emenda com o objetivo de incluir no anexo de metas as prioridades da administração pública e manutenções das ações de gestão da saúde do trabalhador.

Julgo importante ter apresentado essa emenda e vê-la aprovada aqui pelos srs. deputados. Acabamos de fazer, nas macrorregiões de Santa Catarina, as conferências regionais da saúde do trabalhador e a conferência estadual. E teremos em novembro a Conferência Nacional tratando desse mesmo tema.

Está constatado o elevado número de acidentes de trabalho em Santa Catarina e precisamos fazer um amplo esforço para, de fato, diminuirmos essas estatísticas de acidente de trabalho em Santa Catarina. Inclusive, já repercutimos por diversas vezes um levantamento, um amplo estudo realizado por técnicos e pesquisadores da Univali, de outras entidades que apontaram nas áreas pesquisadas que estamos 45% acima da média nacional em acidentes de trabalho em Santa Catarina. É um *ranking*, uma liderança, que não nos orgulha. E, portanto, temos que pensar com mais seriedade dessa questão relacionada à saúde do trabalhador. Aliás, não apenas a saúde do trabalhador, mas a saúde de maneira geral, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que abordou esse tema anteriormente aqui na tribuna. Sou defensor de que os orçamentos públicos reservem, gradativamente, valores maiores a esta área da saúde pública para atender, de fato, as pessoas que necessitam.

O segundo tema que gostaria de repercutir é que participei muitas vezes dessa luta, inclusive, quando prefeito de Concórdia, deputado Silvio Dreveck, v.exa. foi prefeito também, e reivindicávamos juntos um aumento do Fundo de Participação nos Municípios. Ou seja, reivindicávamos um aumento de recursos que a União destina, de forma automática, aos municípios, de 22,5% para 23,5%.

Isso foi uma longa luta, mas depois conseguimos e tivemos aprovado um aumento, na gestão do ex-presidente Lula, e os municípios passaram, então, a receber 23,5% dos recursos que a União destina. É assim que as coisas acontecem, quando se dá um passo, se busca o segundo passo. E já houve, a partir do último ano, nos últimos dois anos, novos movimentos para aumentar os 23,5% para 24,5% ou 25,%, avançar mais um pouco.

Eu, com satisfação, constatei que houve uma discussão nesta última semana e o governo federal manifestou apoio à proposta que eleva a alíquota do Fundo de Participação dos Municípios, de 23,5% para 24,5%, do total arrecadado pela União. Para se ter uma ideia, segundo algumas estimativas,

apenas para o primeiro ano, porque ele aumentaria uma parte em 2015 e uma parte em 2016, seriam R\$ 2 bilhões a mais, e já no segundo ano, seriam R\$ 4,5 bilhões que os municípios receberiam a mais. Ou seja, mais recursos no caixa municipal, que está mais próximo da comunidade, das pessoas, das necessidades. Essa é uma medida importante, que está tramitando no Congresso Nacional, com perspectiva de ser aprovada ainda este ano.

Gostaríamos de dizer que quanto mais próximos os recursos estão do cidadão, melhor para acompanhar, fiscalizar e melhorar as condições de se prestar um serviço público mais eficiente. O que se quer é exatamente que os recursos públicos sejam bem utilizados. Que aqueles recursos que estão disponíveis, seja no caixa do governo federal, estadual ou municipal sejam bem utilizados. E os recursos às prefeituras há uma fiscalização maior, há uma proximidade maior, uma chance maior de que eles sejam bem aplicados, que é o que se quer e o que se reivindica, sim.

Então, gostaria de fazer essa repercussão, sr. presidente, porque julgo que é um tema importante, mais recursos aos municípios, significa mais ação, mais saúde, mais educação, mais estradas aos nossos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0051/2014; 0056/2012; 0080/2014; 0115/2012; 0126/2014; 0142/2014; 0273/2013; 0400/2013 e 0577/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0005/2014; 0015/2014; 0048/2014; 0058/2014; 0080/2014; 0214/2014; 0281/2014; 0286/2014.

Comunica, também, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0036/2014; 0055/2014; 0074/2013; 0089/2014; 0100/2014; 0115/2014; 0117/2014;

0118/2014; 0142/2014; 0165/2014; 0201/2014;
0218/2014; 0243/2014; 0253/2014; 0256/2014;
0272/2014; 0276/2014; 0288/2014; 0290/2014;
0448/2013; 0616/2013; 0640/2012; 0647/2012 e
0691/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0088/2014; 0123/2014; 0139/2014; 0203/2014; 0215/2014; 0228/2014; 0244/2014; 0266/2014; 0278/2014; 0283/2014 e 0341/2014.

Comunica, ainda, que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0204/2014 e 0261/2014.

Por fim, comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s: 0193/2012; 0281/2013; 0282/2012; 0450/2012 e 0625/2011.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, a Indicação n: 375, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 676, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 677, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 678, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 679 e 680, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, porém, temos sobre a mesa um requerimento, de autoria da deputada e coordenadora da Bancada Feminina, Dirce Heiderscheidt, assinado também pelas deputadas Angela Albino, Luciane Carminatti, Ada Faraco De Luca e Ana Paula Lima, solicitando a suspensão da sessão por até dez minutos, para que a presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres - Cedim -, sra. Elizabete Silva de Oliveira, faça uso da palavra, possibilitando o direito de resposta referente às colocações do deputado Kennedy Nunes, ocorridas neste plenário, no dia 2 de julho de 2014, sobre as eleições.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha.) - Reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSE MILTON SCHEFFER - Presidente, quero, nesta manhã, cumprimentar v.exa. e todos os demais deputados e deputadas. Gostaria de falar sobre o Projeto de Iniciativa Popular n. 0321/2013, intitulado Saúde+10, que tramita no Congresso Nacional. Foi protocolado no ano passado com mais de dois milhões de assinaturas. Somente em Santa Catarina foram mais de 70 mil assinaturas coletadas por diversos segmentos sociais e a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, da qual eu sou presidente, apoiou uma das entidades coordenadoras aqui no estado.

Ocorre que esse projeto está tramitando no Congresso Nacional com muita lentidão, gerando em todas as instituições envolvidas nesse processo, a CNBB, a OAB, a Federação Nacional dos Hospitais e a Associação Estadual dos Hospitais Filantrópicos, uma preocupação muito grande, porque há mais de 16 anos que a tabela do SUS continua a mesma. O governo federal e não é o governo da presidente Dilma, outros governos que antecederam, não reajustaram a tabela e nem os valores aplicados pelo governo federal em saúde há mais de 20 anos. Criou-se uma obrigação para que os municípios apliquem 15%. Os municípios catarinenses, por exemplo, em sua média aplicam 23% do orçamento, muito mais do que determina a lei. Em contrapartida, o governo federal, que é quem arrecada 70% dos impostos neste país, aplica apenas 4% e se dá ao direito de criar políticas públicas, criar programas. E com isso, vem sufocando e impedindo que a saúde pública no país tenha um atendimento melhor. Ele cria novos programas, mas não reajusta os antigos programas. Isso tem causado a falência dos hospitais filantrópicos do país como um todo. Todos os

hospitais, que não são públicos, estão na falência em função do não reajuste da tabela do SUS, por cerca de mais de 20 anos. Precisamos, de uma forma direta, pressionar o Congresso Nacional para que vote essa emenda na Constituição, obrigando o governo federal a gastar 10% das suas receitas da corrente bruta em saúde. E com isso, sim, termos um aporte de mais de R\$ 40 bilhões por ano na saúde pública do país, o equivalente ao que foi gasto na Copa do Mundo, para melhorarmos a situação dos hospitais no estado e no Brasil, que vive um verdadeiro apagão. Para cada R\$ 100,00 de despesa que um hospital público tem para atender um paciente, ele recebe R\$ 40,00 do SUS, e fica com *déficit* de R\$ 60,00.

Nós tivemos aqui o manifesto do Conselho Estadual da Mulher e quero aproveitar a presença delas aqui para pedir também o apoio na luta para criarmos a obrigatoriedade para que o orçamento federal destine 10% à saúde pública.

Hoje um parto normal, no hospital, tem o custo de R\$ 800,00, sem margem de lucro. E quanto desse valor que o SUS repassa a esse hospital? Dividido entre as despesas da internação, médico obstetra, pediatra, enfermeira etc, o hospital recebe R\$ 300,00 para fazer um parto. Por isso, muitas vezes, as mulheres não são atendidas conforme necessitam nos hospitais pelo país afora. Essa campanha tem muito a ver com a melhoria da qualidade no atendimento da saúde. Sem recurso financeiro, sem financiamento, não adianta criar programa, mais isso, menos aquilo. Isso não resolve! Nós temos que ter prioridade e colocar isso no orçamento. É isso que a Frente Parlamentar quer, através da moção n. 0071, aprovada ontem, nesta Casa. E também através do manifesto que estamos propondo para a Câmara de Deputados e para o governo federal, no sentido de aprovar com urgência o Projeto Iniciativa Popular n. 321/2013, intitulado projeto Saúde+10, que visa garantir a aplicação, pela União, do montante igual ou superior a 10%, de suas receitas correntes brutas, na saúde pública de Santa Catarina.

Esse manifesto está sendo assinado pela Frente Parlamentar em Defesa pela Saúde, pela Associação de Hospitais de Santa Catarina, pela Federação dos Hospitais, Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado de Santa Catarina, pela Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina, além da OAB, da CNBB e do Fórum Parlamentar Nacional que coordena o referido projeto.

É um manifesto que será entregue no início do mês de agosto em Brasília, pedindo à Câmara de Deputados que aprove na comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, cujo relator é o deputado Vicente Cândido, do PT/SP, uma emenda à Constituição que obrigue o orçamento federal a destinar 10% dessas receitas à saúde pública. Com isso iremos salvar e melhorar o atendimento da saúde no país.

Além disso, gostaria de defender os interesses dos pescadores de Santa Catarina, que tiveram uma série de medidas restritivas impostas pelo ministério da Pesca e Aquicultura e Ibama, impedindo a pesca com rede aninhada no litoral de Santa Catarina, que é a nossa pesca artesanal da tainha, que este ano teve uma diminuição de 500 toneladas em função de uma série de legislações restritivas à aplicação do uso dessas redes.

Hoje não temos mais mão de obra disponível, os pescadores, a maioria deles, está envelhecendo, não tem mais saúde para fazer isso no braço e precisam usar a tração mecânica. Porém, uma série de leis e normas que tem neste país, impediram vários barcos artesanais em Santa Catarina de pescar, o que beneficia grandes embarcações industriais ou aqueles pequenos barcos a remo de pequenas canoas, que na verdade, pescam muito pouco e não é suficiente para manter a renda do pescador de tainha.

A pesca da tainha faz parte da cultura de Santa Catarina e este ano esteve prejudicada. Agora teremos visita dos técnicos do ministério da Pesca e Aquicultura aqui no estado, avaliando isso para que, no ano que vem, não tenhamos que voltar a esta tribuna. Temos grupos para tantas coisas!

Existe um grupo técnico da tainha no Brasil, mas não resolve problemas tão simples de uma portaria que foi criada pelo referido ministério e pelo Ibama, que impediu, este ano, que várias famílias de pescadores artesanais pudessem tirar do mar sua renda e ter uma vida digna.

Assim, quero registrar o nosso protesto e o pedido para que o ministério da Pesca e Aquicultura, de uma vez por todas, reveja sua legislação da pesca da tainha e outras formas de pesca artesanal, não mais prejudicando os nossos pescadores. Fica o nosso apoio à Federação dos Pescadores de Santa Catarina que tem lutado para rever essas medidas que não afetam o meio ambiente, mas a renda do pescador artesanal de Santa Catarina que tem tido muita dificuldade no dia a dia para manter sua família e sua atividade em função de uma série de normas e regras que se criam no país sem ouvir as pessoas que vivem da pesca. O pescador assim como o agricultor é o primeiro na sua atividade, mas não é justo que um pescador que pesque mil, dois mil quilos seja proibido de pescar e que um barco industrial possa retirar 60, 70 toneladas em apenas um lanço de pesca, prejudicando os nossos pescadores.

Portanto, fica aqui o nosso protesto e o pedido de apoio às autoridades do referido ministério e também do Meio Ambiente em prol da pesca artesanal de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o deputado Mauro de Nadal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. Venho a esta tribuna, hoje, para fazer uma análise da pós-enchente na nossa região, principalmente naqueles municípios que estão nas encostas do rio Uruguai e que foram os mais atingidos em virtude das fortes chuvas ocorridas no início do mês de julho. Acompanhamos desde os primeiros passos,

desde as primeiras orientações da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

E desde aquele primeiro momento a Defesa Civil alertou todos os nossos municípios sobre as consequências que as fortes chuvas poderiam trazer se não agíssemos com cautela e rapidez, principalmente a Defesa Civil dos municípios, as administrações municipais, a sociedade civil organizada em todos esses municípios que estavam sob alerta.

Infelizmente, não conseguimos fazer com que a água não subisse, mas, felizmente, conseguimos, através de todo esse alerta e do trabalho desenvolvido pelas administrações municipais, pelo aconselhamento proporcionado pelos bombeiros voluntários e militares de Santa Catarina, que fizeram com que as pessoas se retirassem dessa zona de perigo, o que ajudou a não termos vítimas em decorrência das fortes chuvas. Mas, o impacto na infraestrutura dos municípios foi muito grande, principalmente nas residências que estavam próximas aos rios Uruguai e Chapecó.

E para que os nobres pares e as pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital possam entender o tamanho do estrago que a chuva ocasionou nesses últimos dias na nossa região, trouxemos, para conhecimento, um vídeo mostrando toda a tragédia e a importância da participação dos governos estadual, federal e municipal para trabalhar na reestruturação dos municípios e dar a essas pessoas que foram diretamente atingidas um pouquinho de dignidade frente a essa desestruturação que a chuva ocasionou.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Nós podemos acompanhar no vídeo todo o impacto, e, em algumas imagens, as pessoas voluntárias, que abdicaram do conforto e estiveram presentes ajudando, colaborando, doando mantimentos, utensílios para a reestruturação de suas residências. E graças a essas pessoas, graças à sociedade organizada, graças ao governo presente, todos os atingidos estão buscando ânimo,

vontade, coragem para vencer este momento que assola famílias desses municípios atingidos.

E cabe aqui ressaltar que o governo do estado está presente e já liberou recursos financeiros para os municípios. Nós estivemos acompanhando o governador do estado em uma passagem pela região do pós-enchente anunciando a liberação de R\$ 400 mil para que os municípios possam fazer a reestruturação da infraestrutura municipal, quer sejam elas no perímetro urbano ou no interior. Porque em muitas áreas no interior dos municípios temos muita dificuldade para acessar, já que, em muitos casos, lá se foram os bueiros e as pontes. E nós precisamos agora reestruturar, reerguer toda essa estrutura.

E aí também vem a participação da secretaria de estado da Agricultura, do governo federal, que anunciou recursos para serem investidos na reestruturação de todos esses municípios.

A secretaria de estado da Agricultura têm anunciado recursos financeiros que vão beneficiar diretamente o agricultor, ou seja, da porteira para dentro, porque a perda foi considerável.

Agora começamos a tratar o impacto econômico de tudo isso e o governo do estado vai estar presente. Já foi anunciado o kit forrageira para recuperar as pastagens e alimentar o gado de leite, que é o grande forte da nossa região.

Além dos kits, vamos ter cota adicional de calcário. Teremos também crédito a juros zero para financiamento de até R\$ 20 mil, especificamente, para a família de agricultores.

Então, é importante a presença do governo nesses momentos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Mauro de Nadal, primeiramente quero lhe cumprimentar como deputado daquela região, onde v.exa. nasceu, conviveu politicamente e está fazendo este trabalho de solidariedade e de recuperação de uma das regiões mais bonitas de Santa Catarina.

Eu conheci de perto a referida região quando secretário de Turismo, e é muito triste ver essa enchente trazendo esses enormes prejuízos, mas o trabalho feito para recuperar todo o sistema público já é uma ação positiva.

Mas o que sempre fica pendente é a iniciativa privada, a pessoa física que perde seus pertences, seu patrimônio, os prejuízos enormes dentro de casa, os quais, muitas vezes, não se consegue atingir com ações públicas.

Por isso, quero me solidarizar, quero cumprimentá-lo por estar defendendo legitimamente a região e dentro do possível, claro, me colocar, também, à disposição.

Mas, acima de tudo, a preocupação sempre fica. O poder público tem um tempo para recuperar essa região e pode contar com alternativas, como o apoio do governo federal, do governo do estado e do próprio município. Mas o problema sempre fica para as pessoas físicas e para a iniciativa privada, pois o comércio, a indústria e a agricultura, são o grande forte da região.

Parabéns, mais uma vez, pela sua grande atuação, neste momento.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Gilmar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Mauro de Nadal, gostaria de parabenizar v.exa. por este pronunciamento e dizer que este parlamentar está plenamente à disposição de v.exa., de toda a bancada do oeste, do grande oeste catarinense e da população catarinense em tudo aquilo que for possível para contribuir, para aliviar o drama de toda a gente do oeste catarinense.

Parabéns e estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero ressaltar também que em virtude dessas fortes chuvas estamos com problemas na travessia entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na ponte

que liga estes dois municípios, através do rio Uruguai, porque agora, com essas fortes chuvas, esta ponte acabou balançando um pouco mais e teve que ser interditada.

Nós vamos ter agora um processo de recuperação que deve iniciar nos próximos dias e vai perdurar por, no mínimo, seis meses, e nós não temos uma alternativa para resolver este problema da travessia.

Então, solicitamos ao ministro dos transportes, através da superintendência do DNIT, que se encontre uma forma alternativa para que possamos fazer a travessia, tanto econômica quanto de passeio, naquela divisa entre os dois municípios, porque não podemos ficar sem essa ligação tão importante.

Tivemos, em outras oportunidades, e foi embargada, uma obra alternativa para balsa. E lá não está sendo oferecida nenhuma alternativa, tanto para a cadeia produtiva quanto para as pessoas.

Apenas para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer que precisamos ter uma alternativa. Quer seja ela de balsa ou algum meio que possa fazer com que a cadeia produtiva não pare neste momento de dificuldade.

O impacto já foi grande e, se tivermos um impacto mais forte ainda na economia da nossa região, não sei de que forma as pessoas vão conseguir suportar todo este prejuízo.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauricio Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, não pedi aparte ao deputado Mauro de Nadal porque vi que o tempo dele já tinha extrapolado, mas, realmente, as questões de transporte para o oeste catarinense é algo que temos que nos preocupar e despender ações emergenciais do governo federal, porque as duas principais rodovias que fazem a ligação do Rio

Grande do Sul com o Paraná e com o resto do país estão prejudicadas.

Lá no trevo de Irani, onde houve um desmoronamento, a previsão é de que a BR fique mais 40 dias interrompida. Ontem o deputado Sopelsa falou sobre esse assunto, assim como os deputados Neodi Saretta e Daniel Tozzo, que é muito preocupante para a economia catarinense.

E a BR-158, a ponte que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, apenas começou a receber atenção quando um cidadão fez um vídeo mostrando a movimentação estranha quando da passagem de veículos, especialmente caminhões. Este vídeo circulou na *internet* e o encaminhamos para o DNIT. Aqui na assembleia este assunto foi levantado e apenas depois tomaram providências, que foi fazer a ponte em sentido único, com semáforo, então, passa um pouco de carros em direção ao Rio Grande do Sul e um pouco em direção a Santa Catarina.

E até agora as obras não iniciaram. O problema é que agora, com a enchente, piorou, levando à interdição da ponte.

Então, é preocupante a questão das rodovias federais em Santa Catarina que precisam de atenção especial. Atenção que, às vezes parece não ser tão difícil, deputado Daniel Tozzo. Ficamos com a SC-282, no perímetro urbano de Xanxerê, mais de dois anos parada e, quando ocorreram mobilizações, quando a cobrança para o término da obra ficou forte, concluíram, já regularizaram a situação, os viadutos estão prontos, é claro que ainda precisa ampliação, mas boa parte da obra foi resolvida.

Mas, ocupo a tribuna no dia de hoje para comemorar junto aos guardas municipais do nosso estado, a aprovação do estatuto que os garante poder de polícia em nível nacional. A guarda municipal tem previsão constitucional e até hoje não havia sido regulamentada essa questão, mas, ontem, o Senado Federal aprovou o Estatuto dos Guardas Municipais. O Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar 39/2014, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB, de São Paulo, que é nosso companheiro, inclusive apoiador da Associação dos Delegados de Polícia do

Brasil. Eu conheço o seu trabalho, já participei de vários projetos que o deputado Arnaldo Faria de Sá defende, e agora, com esse projeto, a categoria dos guardas municipais passará a ter direito a porte de arma, a estruturação da carreira e à progressão funcional. Este projeto tramitava em regime de urgência e agora será encaminhado para sanção presidencial.

E, de acordo com esse projeto, os guardas municipais terão poder de polícia com a incumbência de proteger, tanto o patrimônio quanto a vida, já que antes do projeto os guardas municipais tinham a previsão exclusiva de proteção ao patrimônio público. Agora, deverão utilizar uniformes, equipamentos padronizados, mas a sua estrutura será hierárquica, não poderão ter denominação idêntica a das forças armadas, terão uma estrutura própria. Nas forças militares tem que ter comandante, chefe, quem regulamenta os agentes, mas com estrutura diferente.

Sendo que o Estatuto dos Guardas Municipais regulamenta o dispositivo da Constituição, como eu já disse, que prevê a criação da Guarda Municipal para proteção de bens, serviços e instalações, mas agora, na lei, está regulamentada também a proteção à vida. Os guardas municipais deverão também colaborar com os órgãos de Segurança Pública em ações conjuntas e contribuir para a pacificação de conflitos e, mediante convênio com os órgãos de trânsito estadual e municipal, deverão fiscalizar o trânsito e expedir multas. Outra competência é encaminhar ao delegado de Polícia diante de flagrantes e delitos, o autor da infração preservando o local do crime. Poderão, ainda, auxiliar na segurança de grandes eventos e atuar na proteção de autoridades e ações preventivas na segurança escolar.

O projeto prevê igualmente a possibilidade de municípios limites constituírem consórcio público para utilizar reciprocamente o serviço da Guarda Municipal de maneira compartilhada. Então, a questão é importante, porque permite que o agente municipal de determinado município possa atuar no município limítrofe mediante convênio. Portanto,

municípios próximos, que tenham esse convênio, deputado Carlos Stüpp, por exemplo, num evento grandioso em Tubarão, poderão utilizar o trabalho desses agentes. O consórcio também poderá ficar encarregado da capacitação dos integrantes da Guarda Municipal Compartilhada. Todos os guardas deverão passar por essa capacitação e terão que ter currículo compatível com a atividade, enfim, com a função.

Eu sempre defendi que os guardas municipais pudessem ter a possibilidade da utilização de armas, terem porte de arma, é claro que para agir numa situação emergencial de ajuda, de proteção à vida, para que não fiquem desprotegidos. Por isso, com treinamento adequado, com capacitação, os guardas municipais podem ajudar no trabalho feito pela Segurança Pública, pela Polícia Militar, no policiamento ostensivo.

É importante essa regulamentação, é uma luta antiga dos guardas municipais, também uma luta do município de Itajaí, especialmente do vereador Carlos Ely, que lutou bravamente junto à administração municipal, junto à Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí, com o apoio da esmagadora maioria da população para a criação da Guarda Municipal em Itajaí.

Eu recebi esse material, ontem, à noite, assim que o projeto foi aprovado pelo Senado Federal, pela assessoria do Celso, da equipe de gabinete do vereador Carlos Ely, que foi um grande avanço para a segurança pública do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Temos sobre a mesa o Ato n. 035-DL, de 2014, da Presidência, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições,

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de 60 dias, a contar do dia

17 de julho do corrente ano, para tratamento de saúde.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente, e.e." [sic]

Na sequência temos o Ato n. 041-DL, de 2014
(Passa a ler.)

"A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadão Sandro Daumiro da Silva, primeiro-suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar a cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

Palácio Barriga Verde, em Florianópolis, 17 de julho de 2014.

(a) Deputado Joares Ponticelli
Presidente, e.e." [sic]

Desta forma, considera-se que já está exercendo legitimamente a função o deputado Sandro Silva, e que já está devidamente empossado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 5 de agosto, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Agradeço a todos os servidores da Casa que trabalharam nesta sessão, especialmente as nossas assessoras da Mesa Diretora, o pessoal da TVAL, da imprensa, da Polícia Militar e Civil, enfim, agradecemos a todos que trabalharam nesta manhã.

Está encerrada a sessão.

